



AGEPOR

62

ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE NAVEGAÇÃO DE PORTUGAL



Ver para ir
mais longe

PORTO DE SINES

PORTA ATLÂNTICA DA EUROPA

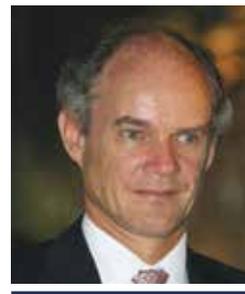
O porto de águas profundas de Sines está apto a receber os maiores navios do mundo e a movimentar todos os tipos de cargas, oferecendo ligações diretas regulares aos principais mercados dos cinco continentes. Com elevados índices de produtividade e operações 24 horas por dia, Sines potencia a economia e as exportações nacionais, assumindo-se como a Porta Atlântica da Europa.



www.portodesines.pt



PORTO DE
SINES



Rui d' Orey
Presidente da Direção
Nacional da AGEPOR
Orey Shipping

Seguiremos juntos para o futuro!

De uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, todos nós fomos afetados pela pandemia do COVID19 e, em consequência, vimos o nosso quotidiano profundamente alterado.

Nesta revista, os que trabalham na AGEPOR dão o seu testemunho relativamente às novidades e desafios que o teletrabalho lhes trouxe. É quase unânime o sentimento que não foi difícil a adaptação a uma nova forma de trabalhar. Mas é um traço comum a queixa da falta do contacto humano e de vivência social que todos experimentam. Não sou diferente. Também eu, apesar das inú-

meras teleconferências, conversas eletrónicas e/ou telefónicas, sinto a falta, no dia-a-dia, do fator “humano”. Fazem-me falta os momentos junto daqueles com quem trabalho, junto de clientes, junto de fornecedores, junto de tantos outros que cruzam a nossa vida. São momentos à volta de um café, de um almoço, ou até numa reunião, que nunca valorizámos conscientemente e que agora temos a perfeita noção do que valem.

Uma palavra especial para a família. Este é um tempo que simultaneamente separa e junta as famílias. Uma oportunidade para viver a família de forma diferente. Um tempo de novas

experiências familiares e espirituais.

Tenho a certeza que este tempo de crise do coronavírus COVID-19 vai passar, e que felizmente esta situação que a todos nos aflige há-de ser ultrapassada. Seguiremos juntos para o futuro, seguramente com uma vida empresarial e profissional mais difícil nos tempos vindouros, mas, sobretudo, como é do timbre dos agentes de navegação, com a certeza que a determinação, a força e a capacidade de adaptação que sempre nos acompanhou, continuará a fazer de nós vencedores.

Até breve, nem que seja à volta daquele café, de que todos sentimos saudades.

Índice

03 Editorial
Seguiremos juntos para o futuro!
/ Rui d' Orey

04 Opinião
... e depois da Pandemia?
/ Pedro Carvalho Esteves

06 Opinião
O eBL e a segurança jurídica
/ João de Sousa Magalhães

08 Atualidade
A AGEPOR em teletrabalho

10 Teletrabalho sim, mas...
Vai ficar tudo bem!



OPINIÃO

Pedro Carvalho Esteves

Advogado (Maritimista) na PMCE Advogados

pedro.carvalho.esteves@pmce.pt

...e depois da Pandemia?



O ano de 2020 tinha tudo para ser um ano perfeito. Portugal crescia, e como nós o Mundo! As exportações estavam no auge, o Shipping desenvolvia de forma brutal. A China continuava a promover a Nova Rota da Seda, a Europa comprava cada vez mais à China, que por sua vez vendia cada vez mais para o Mundo. Observava-se uma “chinificação” do comércio mundial. Por sua vez, a China tinha liquidez e emprestava dinheiro às potências mundiais. O maior credor da potência hegemónica ocidental – Estados Unidos da América – era (e é!) a China. A própria China era, com efeito, a maior potência industrial do Mundo. Havia desenvolvido industrialmente o Ocidente, e deixou-os bem dependentes de tudo. De 2013 a 2019, a China comprou tudo o que podia – imobiliário, banca, indústria estratégica – pensem quem é hoje o dono do Mundo...

No início de fevereiro de 2020 começou-se a ouvir qualquer coisa sobre Wuhan, um novo vírus, qualquer coisa que estava a matar. A Direção Geral da Saúde desvalorizava aquilo que, teoricamente, nunca chegaria a Portugal, mas que hoje já está em todos os países do mundo, ceifando vidas, condicionando economias, limitando movimentos, espalhando o medo, o terror. Uma pessoa a tossir passou a ser uma ameaça! A Polícia deixou de se preocupar com os lobos-solitários, terroristas não conven-

cionais que faziam explodir coisas. Hoje, a preocupação são os infetados pelo Covid-19. As escolas pararam e os miúdos têm aulas por telescola, videoconferência, por meios telemáticos não usuais, vindos da China. E, para andar na rua, para trabalhar, é recomendado usar máscaras cirúrgicas, ou respiradores FFP2, ou outra coisa qualquer do género. Uma máscara feita na China, que custava antes da pandemia uns exagerados seis cêntimos, passou a custar uns modestos três euros. É esta a economia da pandemia: indústria parada, comércio parado, serviços parados, uns trabalhadores em lay-off, outros em teletrabalho, insolvências iminentes em catadupa, turismo em estado de coma, e sem vacina à espreita. E quando se vai voltar à normalidade? Quando houver uma vacina. Talvez! Mas, se for como o HIV, então nunca mais haverá normalidade... Não posso crer nesta conclusão fácil mas precipitada. O Mundo, e nós também, vamos aprender a conviver com este vírus, pelo menos até que haja uma solução. Claro que o confinamento, a reclusão, o medo não pode imperar para sempre. Nem nós queremos, nem nós podemos, ou daremos um salto de cinco séculos à retaguarda. Não vamos passar a ser coletores, caçadores, pastores... até porque destruímos o Planeta o suficiente para tal não ser já mais possível. Há que pensar o futuro pós-pandemia.

Nos idos de 2006, o meu professor de Direito Internacional Público, na primeira aula proferida, recomendou como bibliografia do curso um manual com o título “Direito Internacional Público – do paradigma clássico ao pós-11 de setembro”. Li e reli aquele livro – ainda hoje o faço (as minhas funções consulares assim o aconselham), mas demorei uns dez anos até perceber aquele título. Estava eu a frequentar o Curso de Defesa Nacional, no Instituto de Defesa Nacional, quando o tema dos seminários era a evolução das relações internacionais num ambiente de insegurança. Fez-se a luz tão esperada! O ataque às Torres Gémeas tinha mudado o paradigma securitário do Mundo. O setor marítimo-portuário foi um beneficiário desse novo paradigma com a introdução do Código ISPS. Nunca mais a segurança marítimo-portuária foi a mesma coisa. Solução? Ir fazer o curso ISPS na APDL. E como foi uma boa decisão! Hoje, acordo e ao ouvir as notícias, a primeira que me deixa de sobressalto é: “Pescadores impedidos de sair das embarcações devido a possível contágio com Covid-19”; “Passageiros de navio de cruzeiro proibidos de desembarcar no Porto de Lisboa”; “8 tripulantes portugueses de navio de cruzeiro retidos no Japão desde janeiro”. Estes títulos assustam os mais sensíveis e deixam os mais valentes cheios de medo. Será este o futuro do Shipping?

Portugal comprou dez milhões de euros em equipamentos hospitalares à China. Nessa compra estavam 500 ventiladores que deviam ter chegado a Lisboa em meados de março ou princípios de abril. Mas, ao que parece, a pirataria voltou. Países com mais poder económico pagaram ao vendedor um preço mais caro pelo que já estava vendido e pago para Portugal e deixaram Portugal à espera. Ao que parece, chegaram uns 60 ventiladores, com botões em chinês – literalmente escritos em caracteres chineses! Isto era impensável passar na Alfândega antes desta crise. As regras europeias dizem que os aparelhos técnicos têm que trazer os seus comandos na língua do país a que se destinam e com instruções na língua do país a que se destinam. Portanto, ou as regras foram claramente violadas ou...

Esta pandemia tem trazido também alertas sérios sobre a fome no Mundo. Segundo as agências especializadas da ONU, no pós-pandemia poderemos vir a assistir a um cenário de fome de proporções bíblicas. Isto deixa-me assustado – sem prescindir das palavras de Isabel Jonet, Presidente do Banco Alimentar contra a fome que alerta sobre o exponencial aumento de pedidos de ajuda ao Banco Alimentar “de motoristas a dentistas” no momento atual. Não bastava já o défice alimentar do Mundo e ainda corremos o risco de o agravar.

Este é o cenário atual, na versão aligeirada. A pergunta que se faz é: e depois da pandemia? O mundo globalizado como o conhecemos hoje permite que através de um smartphone se ouça e veja um parceiro de negócio do outro lado do mundo. Esse mesmo smartphone obriga que os parceiros de negócio estejam sempre ligados, sempre com a resposta pronta a disparar. Os processos de decisão passaram a ter que ser imediatos. Não me esqueço das palavras da minha ilustre colega “O Pedro demorou duas horas a responder! Vamos trocar de Advogado!” Enfim... vivemos num mundo em que se toma o pequeno-almoço em Beijing e se janta em Lisboa. Vivemos num mundo em que em três dias uma carga pequena pode ser movimentada por todo o mundo. Um mundo em que a urgência tem um preço e a logística tem a solução. Do ponto de vista do negócio,

A Europa vai reinventar-se, reindustrializar-se, largar a dependência industrial do Oriente e voltar a produzir têxtil, tecnologia, etc.. Mais caro? Pois, o modelo social europeu é mais caro que outros modelos sociais, logo, os preços dos bens serão mais caros. Mas nesta reinvenção ter-se-á que ter em consideração os custos, os benefícios e a necessidade de independência e autonomia em relação a terceiros.

esta filosofia estará eventualmente otimizada: compro barato, com qualidade relativa, junto o custo de logística e consigo um preço, ainda assim, inferior por um bem com uma duração relativamente inferior, mas competitivo com o produzido localmente. É uma abordagem que penso esteja em extinção.

A Europa vai reinventar-se, reindustrializar-se, largar a dependência industrial do Oriente e voltar a produzir têxtil, tecnologia, etc.. Mais caro? Pois, o modelo social europeu é mais caro que outros modelos sociais, logo, os preços dos bens serão mais caros. Mas nesta reinvenção ter-se-á que ter em consideração os custos, os benefícios e a necessidade de independência e autonomia em relação a terceiros.

O meu problema prende-se com a fome. A Europa não é autossuficiente para produzir alimentos para todos os seus habitantes. Muitos dos alimentos – cereais, carnes, peixes, frutos – são importados de outras latitudes, e maioritaria-

mente transportados por navio. Face ao cenário já exposto corremos alguns riscos: a) pirataria contra graneleiros de alimentos; b) dificuldades de operar e escalar determinados portos devido ao risco de contágio por Covid-19; c) novas regras sanitárias para o transporte marítimo. O mundo, com esta crise, vai ficar depauperado. As economias vão ter que se reinventar. Os preços vão ser forçados a aninhar. A procura que não vai ter capacidade de pagar vai fazer com que a oferta reduza os preços para níveis comportáveis. Deflação e elasticidade dos preços vão ser uma tônica dominante. O mercado não vai suportar indemnizações com pirataria. As seguradoras, já de si pouco amigas de cumprir contratos de seguro, vão excluir ainda mais dos prémios os atos de pirataria, alargando tal exclusão a todas as rotas. Esta insegurança vai fazer aumentar o preço dos fretes, ainda que com o risco de se perder toda a carga para os piratas. Os portos vão fazer aumentar os níveis de segurança sanitária. Os marítimos, para desembarcar, terão que apresentar certificado sanitário com Covid Negativo. O problema são as viagens de 14 dias, em que o vírus pode incubar e tornar o seu portador Covid Positivo. Fazer testes em cada porto? Será uma solução. Mas que irá criar um desfasamento no transporte igual ao tempo da quarentena do navio até ser toda a tripulação declarada Covid Negativo. Tudo isto terá custos. A demurrage passará a ser uma regra e não uma exceção. Que nem Armadores nem Carregadores irão querer suportar.

Este é um exercício prospetivo, baseado em dados atuais e em algumas tendências de alguns especialistas. Não espelha uma previsão de futuro nem vincula ao futuro. É uma opinião minha e só minha e só a mim me vincula. Espero falhar em tudo o que escrevi – será a forma de dizer que tudo correu melhor do que se esperava...

Os tempos são de mudança. Ninguém estava preparado para esta Guerra. Ninguém contava com estes efeitos. Ninguém quer o futuro que se avizinha. Mas vamos todos contar com todos para ultrapassar esta crise sanitária e no final...

#VaiFicarTudoBem



OPINIÃO

João de Sousa Magalhães

PhD Student (Vigo University); LLM (Oporto Global University – Universidade Portucalense IDH); Researcher- IJP Portucalense Institute For Legal Research; Vogal do Conselho Deontológico da Ordem dos Despachantes Oficiais (ODO)



O eBL e a segurança jurídica

Lemos algures nas redes sociais, que um dos grandes “players” do transporte marítimo internacional ia emitir, pela primeira vez em Portugal, um eBL.

Não havendo dúvidas do imenso avanço tecnológico e da facilitação do comércio internacional que aporta, não será despiciente garantirmos que a segurança jurídica garantida pelo Direito se mantém com o BL eletrónico.

O sistema BOLERO⁽¹⁾ é já um nosso velho conhecido. Julgamos que não há ninguém com ligações ao comércio marítimo internacional que não tenha já ouvido falar dele.

Será que esse nosso velho conhecido reaparece agora em plena forma, e pronto para entrar pelos nossos escritórios no dia a dia profissional,

ou iremos ter em funcionamento uma versão diferente ou atualizada? As plataformas de emissão de eDocuments estão aí⁽²⁾ e, embora ainda não as tenhamos estudado em pormenor, há duas coisas que são seguras: cada uma delas funciona à sua maneira e funcionam numa base contratual pré acordada entre as partes, parecendo ter franca aceitação dos “clubs”⁽³⁾. Não nos podemos esquecer que o comércio internacional arrasta consigo uma miríade de documentos associados. Estarão os bancos e seguradoras preparados para lidar com esses eDocuments?

Recordemos que o BL tem três funções de base já bem nossas conhecidas: recibo da mercadoria, evidência do contrato de transporte e título negociável em “representação” da mercadoria.

Se o BL físico é um documento visível, real, rapidamente endossável (se necessário), o eBL é um ficheiro de dados.

Assim sendo, faz-se uma primeira pergunta: como se endossa um ficheiro de dados⁽⁴⁾? Mas mesmo antes desta, poder-se-ia fazer outra; qual é o suporte legal no ordenamento jurídico português (e muitos outros) subjacente à emissão de um eBL? Só mais uma se não se importam: como se negocia (endossa) um título (de crédito) que é um ficheiro?

Da resposta a estas perguntas dependerá a aceitação do eBL pelo mercado (não nos esqueçamos da quantidade de intervenientes na cadeia logística). No entanto, a falta de legislação aparecerá sempre como um óbice à sua utilização.

A ICC (Internacional Chamber of Commerce) promoveu um estudo apresentado em 2018 à sua Bank Commission⁽⁵⁾, (onde entre outras, se concluía que tornar endossável uma versão eletrónica do BL era tecnicamente e legalmente mais complexo que a atual versão em papel – eu acrescentaria impossível no atual estado da legislação nacional –), tendo os ilustres juristas intervenientes, provenientes de dez ordenamentos jurídicos distintos⁽⁶⁾, tirado conclusões muito interessantes.

Assim, a legalidade da emissão de um eBL não estaria claramente definida (como, aliás, sempre defendemos). No entanto, alguns dos ordenamentos jurídicos consultados previam a criação e assinatura eletrónica em contratos. De todos os consultados, apenas os Estados Unidos (NY) tinham legislação que suportava a emissão do eBL. Além do mais, o vazio legal sobre a validade de um eBL não possibilita que a banca o tome com o mesmo grau de segurança que um BL físico. Temos, portanto, que o rácio de capital obrigatório a suportar pelo banco seria maior, não permitindo refletir uma baixa de custos em benefício do mercado⁽⁷⁾.

Em 2017, a Comissão das Nações Unidas para o Comércio Internacional (United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL) deu um passo importante ao preparar a Lei Modelo para a Transferência Eletrónica de Dados⁽⁸⁾ (Model Law on Electronic Transferable Records – MLETR), que possibilitaria uma alteração mundial de paradigma⁽⁹⁾. No entanto, e até ao momento, não é conhecida grande aceitação pelos Estados.

O grande passo em frente terá de ser dado em duas vertentes, não em sequência, mas em paralelo. Começemos pela legislação que, naturalmente, terá de ser garante dos direitos das partes e, de seguida, a informática que terá que garantir a máxima impenetrabilidade possível à tentativa de fraude.

Por onde começar?

Por regulamentar internamente? Era uma possibilidade; cremos, no entanto, que a utilidade

Por que não utilizar a grande dimensão e influência no comércio internacional da CCI (Câmara de Comércio Internacional), para fomentar junto dos Estados a produção de legislação que, a todos os intervenientes na cadeia logística forneça os instrumentos legais (nacionais e internacionais) que permitam a utilização do eBL?

prática seria diminuta.

Por regulamentar internacionalmente? A tentativa, através da Lei Modelo da UNCITRAL, está aí. No entanto, não se vê grande aceitação por parte dos Estados.

Através-me a uma sugestão:

Por que não utilizar a grande dimensão e influência no comércio internacional da CCI (Câmara de Comércio Internacional), para fomentar junto dos Estados a produção de legislação que, a todos os intervenientes na cadeia logística forneça os instrumentos legais (nacionais e internacionais) que permitam a utilização do eBL?

Em Portugal, temos conhecimento que a Comissão Bancária da ICC Portugal, no âmbito da situação criada pelo COVID-19, procurou sensibilizar o Governo para a tal mudança de paradigma que acima referimos, através da criação de instrumentos que permitam (...) a transição imediata para o comércio sem papel (...).

⁽¹⁾ (...) Bolero is a cloud platform accessed by a web interface, but it also provides the ability to integrate with your internal back-office using gateway and mapping. That makes sense only if you're processing a huge load of documents, so any information on how to do that is available per request. (...), on line, available at: <https://www.altexsoft.com/blog/electronic-bill-of-lading-software/>. Viewed 21/04/2020.

⁽²⁾ CargoDocs; e-title; edoxOnline. Sobre o funcionamento e comparação entre estas plataformas ver imagem. On line, available at: <https://www.altexsoft.com/blog/electronic-bill-of-lading-software/>. Viewed 21/04/2020.

⁽³⁾ Sobre os "Clubs", consultar o site da IGPEI Clubs: on line, available at: <https://www.igpandi.org/>. Viewed on 20/04/2020.

⁽⁴⁾ Note o leitor que não nos estamos a referir a um PDF ou uma digitalização.

⁽⁵⁾ Ver nota de rodapé 7.

⁽⁶⁾ Reino Unido, Estados Unidos da América (NY), Brasil, Emirados Árabes Unidos, Singapura, Alemanha, Países Baixos, Índia, Rússia e China.

⁽⁷⁾ In: ICC-International Chamber of Commerce: "The legal status of electronic bills of lading-A report for the ICC Banking Commission", coordenado por Stephen Tricks e Robert Parson da Sociedade de Advogados Clide & Co LLP, Londres 2018, On line, available at: <https://iccwbo.org/publication/legal-status-electronic-bills-lading/>. Viewed on 20/04/2020.

⁽⁸⁾ O conceito e a utilidade de uma Lei Modelo na UNCITRAL é permitir uma harmonização voluntária num determinado assunto, por parte dos Estados.

⁽⁹⁾ Sobre a MLETR: on line, available at: https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_transferable_records. Viewed on 03/05/2020.

A AGEPOR em teletrabalho



António Belmar da Costa

Em tempo de pandemia de Covid-19, a AGEPOR cedo implementou o teletrabalho, com isso preservando a saúde dos seus quadros e colaboradores e garantindo o normal (possível...) funcionamento da Associação.

Uma nova experiência, aqui retratada em discurso direto pelos protagonistas.

Como está a viver esta experiência de teletrabalho?

António Belmar da Costa - Quando tomámos, na AGEPOR, a decisão de avançar para teletrabalho senti, desde o primeiro momento, que para mim seria uma questão muito fácil. No fundo, em virtude das muitas deslocações profissionais a que sou obrigado, já há muito tempo que estava preparado tecnologicamente para o fazer, e de facto trabalhava de qualquer local com a mesma facilidade e produtividade que no escritório. No entanto, e para minha surpresa, esta experiência nova, que agora somos “obrigados” a viver, foi muito diferente daquilo que eu afinal já experienciava. Em primeiro lugar, é totalmente diferente trabalhar-se num quarto de hotel ou na nossa casa, onde as rotinas quotidianas não param e onde, mesmo que não queiramos e tenhamos acordado algumas regras, somos muito mais vezes “distráidos” pelo simples facto de estarmos presentes. Depois, porque mesmo que nos queiramos impor um horário tipo escritório, em consequência dos tempos que vivemos, as necessidades básicas (ir ao supermercado, à farmácia,



Mário Rui de Sá

etc.) acabam muitas vezes por alterar a rotina que estabelecêramos. Também a coordenação e o timing de cada um, não sendo necessariamente o mesmo e/ou comum a todos, demora e atrasa algumas das ações que se pretendem. Finalmente, e a nível profissional, a falta do contacto humano, uma palavra, uma brincadeira, um sorriso, acabam por tornar todo este novo quotidiano muito mais maçador e aborrecido.

Este “afastamento” fortaleceu-me a convicção de que o mundo até pode ser cada vez mais robotizado e impregnado de Inteligência Artificial, mas aqueles que apostarem em estar tecnologicamente na crista da onda e não olharem para a necessidade de relações humanas no seu modelo de negócios, serão preteridos pelos que as acarinham.

Mário Rui de Sá - Tem sido um desafio, principalmente a nível da implementação das aplicações informáticas necessárias à manutenção do trabalho por forma a que os associados continuem a contar com os serviços da AGEPOR sem qualquer quebra.

Alda de Bastos - Em 28 anos de trabalho na Associação, este momento é, efetivamente, isso mesmo - uma experiência – algo por que nunca tinha imaginado passar.

Tem sido um processo de adaptação, tanto em termos técnicos, como em termos pessoais, uma vez que é necessária uma logística para se poder ter uma workstation em casa e reproduzir o trabalho fielmente como se estivesse no escritório,



Alda de Bastos

mas tentando respeitar o horário laboral - de forma a não misturar a vida profissional com a pessoal, mesmo estando em casa.

Está a gostar?

António Belmar da Costa - Confesso que uma das coisas que mais estou a gostar nesta nova experiência é ter percebido que na AGEPOR nos fomos antecipando, ainda que por outras razões (que se prendem mais com a necessária mobilidade) às necessidades atuais. Assim, já há algum tempo fomos dotando todos de computador portátil e praticando o trabalho remoto sempre e quando necessário. Depois fomos rápidos a agir, criando uma VPN para nos ajudar a trabalhar de casa e migrando todos os nossos sistemas para uma “cloud” - assim permitindo que todos trabalhem de sua casa, individualmente e/ou em rede. Por último, e para mim o mais importante de tudo, foi o constatar *in loco* o crescimento profissional de cada um e do conjunto da equipa. Quase não precisamos de comunicar e todos sabemos o que temos que fazer a cada momento. Claro que somos poucos e por isso será mais fácil, mas não deixa de ser por isso que fico contente e sossegado com essa constatação.

Mário Rui de Sá - Pessoalmente, sinto que tem sido uma experiência desafiante. Face à conjuntura que estamos a viver, continuar a manter o rigor, a rapidez e a resolução dos problemas que vão surgindo à distância, nem sempre é fácil. No entanto, há uma clara vantagem no teletraba-

lho, uma vez que constitui uma ferramenta que permite no momento continuar a desenvolver a atividade profissional.

Apesar das evidentes mais-valias, não é uma forma de trabalho que me fascine.

Alda de Bastos - Sendo o mais sincera possível, não é a forma de trabalhar que mais me agrada, mas tendo em conta o momento pelo qual estamos a passar é preferível trabalhar assim do que não poder trabalhar, como, infelizmente, está a acontecer com muitas pessoas.

Do que sente mais falta?

António Belmar da Costa - Já referi que o contacto humano a que estávamos habituados normalmente no nosso quotidiano não é substituível por nada. Sinto uma enorme falta de pequenas coisas que impregnam a nossa interdependência funcional enquanto humanos e que são determinantes para o nosso equilíbrio e felicidade. Um almoço de trabalho, uma reunião de Direção, um café com um colega, um Seminário, até uma boa discussão... Enfim, sinto falta do meu dia a dia.

Mário Rui de Sá - Das relações interpessoais, das dinâmicas relacionais quotidianas, das reuniões presenciais e de um local específico para a realização do trabalho, sem ter de partilhar com os outros elementos do agregado familiar. Sinto falta de um espaço adstrito à minha atividade. A convivência de vários elementos no mesmo espaço, em tarefas completamente díspares, dificulta a concentração e a rentabilidade.

Alda de Bastos - Sinto falta da rotina de trabalho fora de casa, do ambiente do escritório, onde há mais movimento de pessoas e telefones a tocar, e do convívio que existe entre todos os colegas e também com as outras empresas que existem no edifício.

Conseguiria trabalhar nesta modalidade para sempre?

António Belmar da Costa - Conseguir até acho que conseguia, mas tenho a certeza que iria ser muito mais infeliz e cinzento. Eu sou um daqueles que precisa de sentir as pessoas e do contacto humano para viver!

Mário Rui de Sá - Acho que não. Sinto uma grande falta dos contactos e das relações interpessoais, perde-se a relação com o outro. Há como

que uma certa conflitualidade entre a gestão da atividade profissional e a vida pessoal e familiar. A partilha do espaço físico é um fator negativo, há coincidências entre espaços, umas vezes de trabalho outras de lazer. É uma interceção que é difícil de gerir e de conciliar. Por outro lado, o viver em confinamento não é de todo agradável, motivante e saudável.

A participação em reuniões com vários intervenientes permite a resolução de problemas de uma forma mais imediata e pragmática. Por outro lado, sendo um dos eixos de intervenção

da AGEPOR a mediação entre diversos parceiros, o teletrabalho pode constituir um entrave nessa missão a longo prazo.

Alda de Bastos - Não me consigo imaginar em teletrabalho permanentemente, mas fá-lo-ei sempre que seja necessário e que se justifique.

Quero acreditar, honestamente, que quando sairmos desta experiência sejamos melhores pessoas e que nos saibamos amar e respeitar uns aos outros, independentemente de classes sociais ou raças.

No fim, tudo vai ficar bem.



PORTO DE
**VIANA DO
CASTELO**
APDL

Potencial disponível
ao serviço da região.



viana.apdl.pt

Teletrabalho sim, mas...

O meu isolamento social, e com ele o teletrabalho, começaram no dia 9 de março devido à convivência com uma pessoa vinda de Itália, o que faz com que já esteja “nesta vida” há demasiado tempo.

Com um bocado de receio do que poderia acontecer nos 14 dias de “quarentena”, achei que a nível profissional esses dias serviriam para pôr em ordem algumas tarefas que, entre obras e assuntos relacionados com as instalações da AGEPOR, foram sendo deixadas para segundo plano. Julguei que seriam duas semanas de organização e dedicação à formação e, com essa finalidade, levei para casa todo o material que julgava necessário para dar por concluídas essas tarefas, mas os 14 dias passaram e a incerteza de um estado de emergência que tende a não acabar permaneceu.

Desde o primeiro dia que tentei que os meus dias fossem o mais aproximados possível de um dia normal de trabalho, organizando a minha vida e horários da mesma forma. Claro que não há comparação quando se vive numa casa cheia de pessoas, pessoas essas que chamam o nosso nome 500 vezes ao dia por muito que lhes digamos que

temos trabalho a fazer. Tento manter-me o mais informada possível lendo as notícias do meio e as circulares sempre muito informativas da AGEPOR. Leio e respondo a e-mails, faço telefonemas, comunico por Whatsapp e até já instalei o Teams no telemóvel e computador, deixando para outra altura as reuniões presenciais e os cafés informais sobre temas atuais.

Após três semanas de isolamento social, e para conseguir manter a sanidade mental decidi, em conjunto com a família, que o melhor a fazer era continuar o isolamento em Lamego. Uma grande vantagem do teletrabalho é esta, basta uma boa ligação à internet e rede no telemóvel e a magia é feita!

A nível profissional sinto essencialmente falta de duas coisas: da certeza do amanhã e do convívio. Da certeza do amanhã porque, como sabem, uma das minhas funções prende-se com a organização da formação, e este ano, além da formação que a AGEPOR costuma ter, estamos a organizar novos workshops, não só em Portugal Continental mas também na Região Autónoma da Madeira. A juntar a estes entram também a possibilidade de



novos projetos de formação com a colaboração de Universidades que se encontram em standby e a Formação-Ação da Academia PME na qual tentamos encontrar soluções num presente com tantas restrições.

E o convívio ... algo que é tão presente neste meio, Seminários, Workshops, Almoços, entre outros, que me permitem aprender tanto, sobre assuntos tão diversos, de uma maneira cada vez mais informal.

Sempre fui a favor do teletrabalho, mas não todos os dias da semana, e definitivamente não nestes parâmetros. Os rituais diários dos dias de trabalho, dos quais tantas vezes refilamos pela manhã, fazem-nos falta! Cada vez mais penso que são eles que nos mantêm a mente sã.

Miriam Batista

Vai ficar tudo bem!

A experiência social forçada a que todos estamos a ser sujeitos foi o ponto de viragem para o trabalho remoto na AGEPOR. Com o isolamento e o distanciamento social que os efeitos colaterais do vírus nos impôs.

Numa tentativa de fazer face ao desafio levantado por esta conjuntura tivemos de arranjar alternativas, como a VPN (rede virtual privada) e o acesso remoto ao nosso programa de faturação.

As pessoas, embora distantes umas das outras, estão mais ligadas do que nunca e a continuar o seu trabalho com empenho e produtividade. Tenho de cuidar da casa, há limpezas e arrumações para fazer, refeições diárias para preparar, idas ao supermercado, roupas para tratar, já para não contar com o tempo gasto em desinfeção sempre que

vou à rua. Adiciono ainda a atenção e ajuda que tenho de dar a uma adolescente de 13 anos, porque embora já esteja no “mundo dela”, eu como mãe tenho de estar sempre a “apertar com ela”.

Nem sempre é fácil. Esta é uma altura de uma enorme exigência: não podemos adoecer, não podemos esmorecer, o trabalho não pode parar e a nossa família e os nossos amigos precisam de nós mais que nunca.

Já lá vão quatro semanas e não sei quantos mais dias virão. Não é só a curva de infeção e letalidade que temos de controlar, é também a da ansiedade e tranquilidade da nossa casa, da nossa família. Sempre sonhei poder trabalhar a partir de casa um ou dois dias da semana. E acho que isso seria perfeito. Todos os dias não. Sinto falta dos meus



colegas, do cafézinho, dos “dois dedos de conversa”, sinto falta da minha rotina, da minha hora de almoço e até de andar de transportes públicos. Sinto muita falta de poder abraçar os meus pais, os meus irmãos, as minhas sobrinhas. Nesta altura, e apesar de toda a incerteza, nada me tira da cabeça que sairemos “desta” melhores do que entramos.

Juntos vamos vencer! Vai ficar tudo bem!

Cláudia Gonçalves